

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AUTONOMIA DISCENTE COM USO DE ESTUDO DIRIGIDO.

Marcos Aurelio Manaf¹

marcos.aurelio@baraodemaua.br

Centro Universitário Barão de Mauá

A intervenção pedagógica tem um papel fundamental na ação concreta do docente no ensino superior, em se tratando de uma resposta às lacunas de aprendizagem que possam surgir entre o repasse de conteúdo e sua efetiva apropriação de conhecimentos pelos estudantes. A Intervenção deve ser feita a partir da identificação de fragilidades na aprendizagem (por escuta ativa, análise de dados de desempenho etc.) e oferecer ações específicas aos alunos para superá-las, seja para a elevação do desempenho acadêmico, seja como estímulo à autonomia dos alunos para uma aprendizagem significativa. Durante o primeiro bimestre letivo, nos dados da plataforma Qstione, observou-se o desempenho insatisfatório por parte dos alunos, na disciplina Fundamentos da Administração Pública (curso de Direito), refletido em uma média geral de 6,0 pontos. Este resultado indicou dificuldades na assimilação dos conteúdos trabalhados, demandando uma ação pedagógica estratégica voltada ao fortalecimento da aprendizagem. Com esses dados, o docente propôs uma intervenção pautada em três pontos: resgate do conteúdo, valorização do estudo extraclasse e incentivo ao protagonismo discente. Inicialmente, foram realizados estudos de casos e debates em sala de aula, visando contextualizar e aprofundar os temas jurídicos abordados previamente. A etapa seguinte consistiu na elaboração de estudos dirigidos, nos quais os estudantes deveriam produzir relatórios com embasamento na literatura especializada referenciada em autores jurídicos. Estes trabalhos foram entregues na aula subsequente e foram analisados pelo docente, e realizou devolutivas individualizadas com feedbacks construtivos em todas as aulas seguintes. O

¹ Graduação em Direito. Mestre em Direito e Doutor em Sociologia. Docente do Centro Universitário Barão de Mauá.

processo de devolução e orientação contínua permitiu aos alunos identificar fragilidades em seus repertórios jurídicos e aprimorar a compreensão teórica e prática dos conteúdos. Tal abordagem pedagógica promoveu o desenvolvimento de competências acadêmicas essenciais, como autonomia nos estudos, argumentação jurídica e interpretação normativa. A intervenção evidenciou que o engajamento dos alunos e potencializou o reconhecimento crítico em serem os responsáveis e protagonistas no processo de aprendizagem. O uso de estudo dirigido e a devolutiva com feedbacks contínuos permitiram que o professor acompanhasse de forma próxima e eficaz o progresso individual e coletivo da turma. Como resultado, no segundo bimestre, foi registrada uma evolução significativa no desempenho da turma, atingindo média de 9,0 pontos nas avaliações. Além da melhora nos resultados quantitativos, observou-se mudança na postura dos estudantes frente à aprendizagem, evidenciada pela adoção de rotinas de estudo mais organizadas, disciplinadas e pautadas no comprometimento voltado à sua formação profissional. Além da evolução nos resultados, foi perceptível o amadurecimento dos estudantes em relação à sua postura diante dos estudos. Muitos relataram mudanças na rotina de estudos, demonstrando maior organização e disciplina, o que favoreceu não apenas a fixação dos conteúdos, mas também o desenvolvimento de habilidades analíticas e argumentativas. A experiência demonstrou que práticas pedagógicas centradas no aluno, que valorizam a participação ativa, o estudo autônomo e o retorno qualificado por parte do professor, favorecem a construção significativa do conhecimento. O estímulo ao protagonismo, aliado à mediação docente, demonstrou ser importante para o fortalecimento da formação jurídica dos estudantes, contribuindo para sua preparação acadêmica e futura atuação profissional.

Palavras-chaves: Intervenção pedagógica. Autonomia na aprendizagem. Desenvolvimento acadêmico.